

## **O Brasil no século XXI: A vitória de de Lula e os desafios da esquerda social**

Ricardo Antunes (Universidade Estadual de Campinas)\*

Finalmente, na recente eleição presidencial de 2002, o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), com apoio das esquerdas brasileiras, sagrou-se vitorioso, depois de um período de enorme desertificação social, política e econômica do Brasil, conseqüência da implantação do neoliberalismo da era de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa vitória ocorre, entretanto, em um contexto internacional e nacional que combina elementos mais favoráveis e outros bastante desfavoráveis. Começemos pelos pontos desfavoráveis.

Se em 1989, quando Lula foi candidato pela primeira vez à Presidência da República, o Brasil encontrava-se em um forte ciclo de lutas e avanços sociais, de que foram exemplos o nascimento do PT (Partido dos Trabalhadores), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) , do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), além de um significativo movimento grevista de âmbito nacional, enfim, numa fase de lutas sociais ampliadas, hoje, o quadro é diferente, pois presenciamos um relativo recuo de parcela destes movimentos, como o próprio PT, que vivenciou um forte processo de institucionalização e moderação..

E foi inclusive como parte desse processo de institucionalização que, ao implementar sua política eleitoral, o PT fez uma série de concessões políticas que eram inimagináveis nas eleições de 1989 e agora foram assimiladas como necessárias. Contra muitos dos valores que marcaram sua gênese, o PT

---

\* ? ? ? ? ? ? ? ? , ? ? ? ? ? ? + ? .

implantou uma *política dentro da Ordem*, adaptando-se a esta fase histórica de institucionalização da sua política.

Esse quadro se complexifica quando sabemos que o contexto econômico e político internacional é de crise acentuada, com a ampliação da política destrutiva dos EUA e sua arrogância imperial e imperialista, de que a Guerra contra o Iraque é exemplar. Com um contexto econômico internacional desfavorável, os limites encontrados pelo PT de Lula, são de grande envergadura e dimensão.

Mas, contraditoriamente, há também elementos novos e favoráveis, neste novo ciclo que se inicia. Paralelamente a este quadro desfavorável, as lutas sociais anti-globalização e anti-mundialização se ampliaram significativamente desde Seattle, avançando os descontentamentos e as rebeliões contra a *mercadorização* do mundo, sua superfluidade, seu caráter involucral e seu sentido agudamente destrutivo.

Ainda que esses movimentos tenham sentido também o golpe após a reação norte-americana ao atentado de 11 de setembro, a bandeira “*um outro mundo é possível*” se mantém e se amplia em várias partes do globo. Basta olhar para o continente latino-americano para perceber que ele transita fortemente da letargia neoliberalizante para as rebeliões e explosões sociais na Argentina, para as recentes vitórias eleitorais e políticas no Brasil e Equador, para a forte resistência popular anti-golpista na Venezuela, para a conflagração político-militar na Colômbia, dentre vários outros exemplos. As recentes greves gerais dos trabalhadores na Itália e na Espanha, no primeiro semestre de 2002, são também excelentes exemplos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras na Europa, contra a destruição e precarização dos direitos sociais e do trabalho.

É nesse contexto que combina, contraditoriamente, situações extremamente adversas e outras que apontam para o novo, que o governo Lula buscará encontrar seu caminho. Vitorioso eleitoralmente, o PT e as esquerdas brasileiras terão que *redesenhar* sua opção e buscar um novo rumo para a sociedade brasileira, tendo como centro a *nova morfologia do*

*mundo do trabalho* em seu caráter *compósito e multifacetado*, buscando recuperar seu sentido de dignidade e humanidade social.

Desde logo é preciso dizer que a vitória do PT de Lula pode vir a significar uma efetiva derrota política do neoliberalismo, que vem afetando, de modo avassalador, pelo menos desde meados de 80, toda a América Latina. No Brasil, se o neoliberalismo começou a eleição de Collor, em 1989, foi entretanto no governo FHC, entre 1994 e 2002, que ele de fato deslanchou. Como em quase toda a América Latina, o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social proliferam. E o Brasil de FHC não foi diferente.

Vitorioso em 1994, depois do desastre da fase Collor, FHC conseguiu posteriormente, em 1998, a reeleição. Ficou, desse modo, governando o país por oito anos. Nesse período, o nosso parque produtivo foi enormemente alterado e retraído, quer pela política intensa de privatização do setor produtivo estatal (especialmente na siderurgia, telecomunicações e energia elétrica), o que alterou sobremaneira o tripé que sustentava a economia brasileira (capital nacional, capital estrangeiro e setor produtivo nacional), aumentando o binômio integração/subordinação do país ao universo globalizado e desorganizando o padrão produtivo existente nas últimas cinco décadas.

## I

O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 50 e particularmente no pós-1964, após o golpe militar, estruturava-se de modo bifronte: de um lado, voltava-se para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para consumo de um mercado interno restrito e seletivo; por outro lado, desenvolvia uma produção para exportação, tanto de produtos primários, como também produtos industrializados de consumo.

Esse padrão de acumulação sustentava-se (e ainda se sustenta) num processo de baixa remuneração salarial e tendo forte dependência dos capitais externos. Especialmente durante os anos 50 e 70, esse “modelo” desenvolveu-se com muita força.

Foi em meados da década de 80, ao final da ditadura militar, que esse padrão produtivo começou a sofrer as primeiras alterações. Embora em seus traços mais gerais ele se mantenha com estes contornos, foi possível presenciar algumas mudanças produtivas, organizacionais e tecnológicas, no interior do processo produtivo e de serviços, num ritmo inicialmente mais lento do que aquele experimentado pelos países centrais. Foi nesse período que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização sócio-técnica do trabalho.

Iniciava-se, então, o processo de reestruturação produtiva, cujos determinantes foram:

- a) a necessidade das empresas brasileiras adequarem-se às novas regras da “competitividade internacional”;
- b) as ações das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em alguma medida inspirados no toyotismo e nas formas flexibilizadas de acumulação que se desenvolviam no capitalismo avançado;
- c) a necessidade das empresas nacionais responderem ao avanço do *novo sindicalismo* brasileiro, que procurava se estruturar de modo autônomo e mais fortemente organizado nos locais de trabalho.

Foi ao longo dos anos 90, entretanto, sob condução de um projeto ideológico de corte neoliberal, que a reestruturação produtiva se desenvolveu intensamente em nosso país, através da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho etc. Do mesmo modo

verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pela realocação industrial, onde empresas tradicionais, como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, iniciaram um movimento de mudanças geográfico-espaciais.

O Brasil integrava-se à chamada fase da mundialização ou globalização, ampliando enormemente sua dívida externa. Adaptava-se *externamente* ao mundo globalizado e desintegrava-se *internamente*, aumentando significativamente o grau de dependência aos capitais forâneos. Tantas foram as mutações, que elas acabariam por causar fortes ressonâncias na vida política do Brasil.

## II

Depois de uma década de forte *desertificação econômica e social*, nas eleições presidenciais em 2002, o quadro encontrava-se muito mais favorável para uma vitória das esquerdas no Brasil, depois de uma década de equívocos decorrentes da aceitação acrítica do Consenso de Washington, pelo governo de FHC.

Em sua ação política eleitoral, é preciso dizer, o PT de Lula fez muitas concessões para vencer, aliando-se, além de vários partidos de esquerda, ao PL (Partido Liberal), pequeno agrupamento político de centro-direita. E, ao fazê-lo, houve um enorme constrangimento junto à militância de base do PT, aos movimentos sociais, ao sindicalismo de classe e ao combativo MST. Esta política, vista com forte desconfiança pelas bases sociais, era, entretanto, ditada pelos setores majoritários do PT, sendo considerada inevitável para que a vitória política e eleitoral fosse efetivada.

Vale lembrar que o Brasil é um país dotado de um conservadorismo enorme, particularmente em seus segmentos dominantes e proprietários, dotados de um traço quase *prussiano*, que sempre procuram impedir que as mudanças indispensáveis para o resgate da dignidade da classe trabalhadora venham a ocorrer. Nessa contextualidade, a vitória eleitoral e

política de Lula e do PT tiveram um significado real e simbólico muito expressivo. Bastaria dizer que se trata, pela primeira vez, de uma candidatura de *origem operária*, talvez a mais importante de toda a história social do Brasil, que chega ao poder.

Vitoriosa no embate eleitoral, a candidatura do PT e das esquerdas brasileiras terá, entretanto, que refazer e redesenhar sua opção, ao chegar ao poder e, desse modo, também pela primeira vez na história brasileira, buscar efetivamente representar os anseios populares, em todos os seus segmentos, enfim, a totalidade dos que almejam mudanças substantivas e reais, como o MST e outros movimentos sociais, o sindicalismo combativo presente na CUT e nos partidos e movimentos de esquerda.

O desafio maior será desenhar um programa alternativo e contrário ao modelo atual, capaz de responder tanto às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas visualizando um horizonte societal distinto e alternativo, que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica hoje predominante. E esse avanço somente será possível se estiver alicerçado em um enorme leque de forças sociais oriundas do mundo multifacetado do trabalho (e dos que estão “excluídos” pela lógica destrutiva do capital).

Dentro do redesenho de uma nova política econômica e social, um embate crucial será iniciar efetivamente a eliminação da sub-remuneração (e superexploração) do trabalho, uma vez que o salário mínimo no Brasil, em 2003, é cerca de US 70, degradação salarial que particulariza não só o capitalismo brasileiro, como também o latino-americano (além, naturalmente, do asiático, para não falar do mundo africano), *numa divisão internacional do trabalho que penaliza fortemente os trabalhadores do chamado Terceiro Mundo, onde os salários encontram níveis degradantes*, apesar da força e importância do parque produtivo de muitos países, como é o caso do Brasil. E uma política econômica alternativa terá como meta imperiosa a diminuição substancial do desemprego.

Se durante a década de 70, no auge da expansão do emprego industrial, o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total dos trabalhadores na

indústria de transformação, na década de 90 a indústria de transformação absorvia menos de 13% do total da ocupação nacional (Antunes:453).

A partir da década de 90, com a mudança da dinâmica industrial, antes voltada para o mercado interno e agora com uma “motivação dependente de maior inserção competitiva externa, a economia nacional começou a conviver, pela primeira desde os anos 30, com perda absoluta e relativa de postos de trabalho na indústria de manufatura. Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu próximo a 1,5 milhões de empregos no setor de manufatura”. (Antunes:453).

Paralelamente à retração do emprego industrial, entre as décadas de 1970 e 1990, os serviços aumentaram, em média, 50%, sua participação relativa na estrutura ocupacional, sendo em boa medida direcionadas para o setor informal, que incorporou parcelas expressivas de trabalhadores sobretudo no comércio, comunicações e transportes. Se na “década de 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos verificada tanto no campo quanto na indústria, atualmente, o aumento do desemprego aberto reflete justamente a incapacidade da economia brasileira em gerar expressivos postos de trabalho, não obstante o setor de serviços continuar absorvendo uma parte dos trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho ou que são demitidos dos setores industrial e agro-pecuário”. (Antunes:453).

Para que se tenha uma visão comparativa com o volume de desemprego mundial, o Brasil, em 1999, estava em terceiro lugar em volume de desemprego aberto, representando 5,61% do total do desemprego global, sendo que sua população economicamente ativa (PEA) representava 3,12% da PEA mundial. Em 1986, o Brasil estava em 13<sup>o</sup> lugar no desemprego global, representando 2,75% da PEA global e 1,68% do desemprego mundial. Por isso, o governo Lula terá como um de seus maiores desafios enfrentar tanto a degradação salarial, quanto o desemprego. Esse talvez seja o desafio mais difícil da nova política econômica alternativa, que terá que ser gestada, se de fato se quiser romper com o neoliberalismo.

Um outro desafio fundamental do governo Lula será realizar uma reforma agrária ampla e profunda, contemplando os vários interesses dos trabalhadores e despossuídos da terra, que no Brasil tem estão organizados em torno do MST, atualmente o mais importante movimento social e político do Brasil.

Como existem no Brasil aproximadamente 4,8 milhões de famílias sem-terra, a luta pelas ocupações tem sido crescente, particularmente desde que o MST começou a se estruturar em nível nacional. Se, em 1987, 11.849 famílias ocuparam terras no Brasil, em 1997 o total foi de 58.226 famílias. Foi por esse motivo que a questão fundiário voltou, como tem central, da agenda política do país, o que se pode perceber pelo quadro abaixo, que ilustra o avanço da luta pela terra do Brasil

#### **OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL (1987-1997)**

Ano	Número de famílias
1987	11.849
1988	10.515
1989	15.665
1990	8.248
1991	14.720
1992	15.538
1993	19.092
1994	20.516
1995	30.479
1996	63.080
1997	58.266

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Fernandes: 132)

Outro desafio do governo Lula será procurar impulsionar o patamar tecnológico brasileiro em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvidas no Brasil, ou buscando a cooperação de países que tenham similitudes com o Brasil. O eixo do avanço tecnológico e científico deverá priorizar o enfrentamento das carências mais profundas da nossa população trabalhadora, em alimentação, saúde, habitação, transporte coletivo etc.

Deverá, ainda, ao construir uma política econômica alternativa, contrapor-se ao predomínio do capital financeiro e limitar as formas de expansão especulativa do capital-dinheiro, incentivando, ao contrário, as formas de produção voltadas para as necessidades sociais da população trabalhadora, para a produção de bens socialmente úteis. As cooperativas, fazendas e assentamentos coletivos, organizados pelo MST, são exemplos importantes a serem seguidos e aprofundados em todo o país, quando se pensa no universo agrário brasileiro e suas potencialidades.

### III

Nessa fase de enorme rebeldia e de profundas potencialidades em toda a América Latina (como se pode ver na Argentina, com a crescente e crucial rebelião dos desempregados e precarizados, que são quase a metade do país, bem como com nos exemplos do Equador, Colômbia, Uruguai, Venezuela, México, entre tantas experiências em curso), o êxito (ou não) do governo Lula terá um enorme impacto em toda a América Latina, da qual o Brasil torna-se um significativo experimento social e político. Por isso, o atual embate político que se trava no Brasil é parte integrante e constitutiva das lutas sociais e políticas da América Latina, pelo resgate de sua dignidade e pela construção de uma humanidade que seja verdadeiramente social.

Talvez pudéssemos, então, dizer que agora sim passa a valer a metáfora do pêndulo. Enquanto os capitais transnacionais forâneos (com a aquiescência dos capitais nativos) procurarão puxar o governo Lula para o centro e a direita, para a implementação de políticas em conformidade com seus interesses, sob a condução do FMI, de outro lado, os trabalhadores, os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos de esquerda deverão respaldar, amparar, impulsionar e mesmo exigir do Governo Lula a elaboração de políticas que garantam os direitos e conquistas dos trabalhadores contra a lógica destrutiva e anti-social dos capitais globais e de seus apêndices nativos.

Caberá ao novo governo Lula, respaldado, amparado e impulsionado pelo mundo do trabalho, pelos sindicatos, pelas ações de resistência, pelas reivindicações dos movimentos sociais urbanos e rurais, pelos partidos e movimentos de esquerda, caminhar em direção à preservação de conquistas e mesmo avançar na busca de novos direitos, pois há uma nova conjuntura social e política no Brasil e na América Latina que pode permitir novas conquistas sociais e políticas. *Mas isso dependerá, é preciso enfatizar, essencialmente da força e propulsão das lutas sociais oriundas do mundo do trabalho, em seu sentido multiforme e polissêmico.* Podemos exemplificar ainda estes desafios através da batalha a ser travada em torno da legislação social e do trabalho no Brasil. Este certamente será um embates fundamentais do governo Lula.

Sabemos que, na era da mundialização do capital, as empresas transnacionais exigem dos governos nacionais a flexibilização da legislação do trabalho e a consequente precarização das condições de trabalho. Esse é um dos papéis que ainda estão reservados aos governos nacionais: adequar-se as condições de trabalho de seus respectivos países às exigências do sistema global do capital e de seu processo de acumulação.

A questão então pode ser desse modo formulada: o governo Lula *cederá* às exigências dos capitais, transnacionais e nacionais, flexibilizando e precarizando ainda mais a legislação social e trabalhista brasileira ou

*avançará* em direção a um Código do Trabalho que *preserve* as conquistas feitas ao longo de muitas décadas (ou mesmo séculos, se lembrarmos que as lutas sociais iniciaram-se no Brasil em meados do século XIX)? Neste segundo caminho, um novo *Código do Trabalho* deverá buscar preservar e avançar os direitos do trabalho, e não destruí-los, em nome de uma *falsa modernidade* para os capitais, que é profundamente destrutiva para a humanidade que trabalha.

Como há uma nova contextualidade sócio-política no Brasil e na América Latina, ela deve possibilitar novas conquistas sociais, dos quais dois exemplos são particularmente importantes: a *luta pela redução da jornada de trabalho e a elaboração de uma legislação sindical que garanta a plena autonomia e liberdade sindicais*.

A primeira, a *luta pela redução da jornada de trabalho* é fundamental quando se pretende realizar uma ação efetiva contra o desemprego. É *um* passo imprescindível e o Governo Lula pode implementá-la, se tiver força, coragem política e base social.

A segunda, a da *autonomia e liberdade sindicais*, deve contemplar as melhores aspirações do movimento sindical autônomo e combativo, buscando uma estrutura sindical independente e fora dos marcos do estado, sustentado pela base sindical de modo livre e que seja expressão real do nível de avanço da organização e da consciência dos trabalhadores. Como se pode ver uma vez mais, será fundamental para a conquista e avanço da legislação social e do trabalho no Brasil de hoje, a força, mobilização e organização dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e das cidades.

Utilizando-me de uma metáfora, podemos dizer que o Governo Lula, finda a fase imediatamente pós-eleitoral (e quando intensificarem-se as adversidades e confrontações de fundo) terá de mostrar de que lado o *pêndulo* está: se avançará em direção a um desenho político alternativo, contra a ordem dos capitais, com elementos de claro confronto em relação à lógica destrutiva que vem presidindo o mundo contemporâneo, ou se aceitará, de modo sutil e abrandado, os imperativos constrangedores do

FMI, da OMC, do Banco Mundial etc, organismos sintonizados com as grandes engrenagens financeiras globais.

Estes elementos permitem perceber que o Brasil de Lula será um significativo *laboratório social e político* para a América Latina e para tantas partes do universo onde se desenha a esperança de um mundo alternativo. E este será o grande teste do Governo Lula e do PT.

### **Abstract**

Este artigo procura apresentar os principais significados da vitória política das esquerdas no Brasil, em 2002, que levou à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido **dos** Trabalhadores (PT). Indaga quais serão os principais desafios da esquerda social e política brasileira, nessa nova fase que se inicia. Procura responder também em que medida esta vitória política marcará o fim da era neoliberal no Brasil, iniciando uma nova e auspiciosa fase para as lutas sociais, ou se será alguma forma de continuidade daquele período neoliberal, de desertificação social e política, que vigorou durante os governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Key Words: Brasil, eleições e esquerda; política e esquerda no Brasil; Lula, Partido dos Trabalhadores e eleições no Brasil; desafios da esquerda no Brasil; política e lutas sociais no Brasil.

? ? ? ? ? : 2003. 4. 20

? ? ? ? ? : 2003. 5. 17

### **Bibliography**

Antunes, Ricardo(2001), "Global economic restructuring and the world of labor in Brazil: the challenges to trade unions and social movements" Nottingham: Geoforum, Pergamon/Elsevier Science, Vol. 32, No. 4, November, pp. 449-458.

Fernandes, Bernardo(1999), "Ocupações de Terra e Política de Assentamentos Rurais", *Lutas Sociais*, No. 6, pp. 125-135.